



Relações de gênero, sexualidades e militarização das escolas públicas: disciplina, vigilância e silenciamento

Gender relations, sexualities and militarization of public schools: discipline, surveillance and silence

Relaciones de género, sexualidades y militarización de las escuelas públicas: disciplina, vigilancia y silencio

Michele Gomes da Silva¹

Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, Juiz de Fora/MG, Brasil

Roney Polato de Castro²

Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora/MG, Brasil

Recebido em: 05/02/2021

Aceito em: 23/04/2021



10.34019/1984-5499.2021.v23.33355

Resumo

O artigo tem como objetivo problematizar um cenário político e social que aponta a militarização da educação escolar como solução para questões que afligem as escolas públicas e a sociedade brasileira atual. Nesse âmbito, argumentamos que é necessário um olhar mais específico no que tange às relações de gênero e às sexualidades, considerando a formação dos sujeitos e suas experiências escolares. Os focos de análise foram notícias divulgadas nas mídias digitais e entrevistas semiestruturadas com sujeitos que estão ou estiveram vinculados a escolas militares. Nossas análises conduzem à problematização da produção de silenciamentos, da ocultação de sujeitos e experiências não-hegemônicas, da vigilância e do disciplinamento de seus corpos, tendo em vista o contexto de uma sociedade plural, mas que insiste em normatizar existências.

Palavras-chave: Militarização. Escola pública. Gênero e sexualidade.

Abstract

The article aims to problematize a political and social scenario that points to the militarization of school education as a solution to issues that afflict public schools and current Brazilian society. In this context, we argue that a more specific look is needed about gender relations and sexualities, considering the formation of the subjects and their school experiences. The focus of analysis was news published on digital media and semi-structured interviews with subjects who are or were linked to military schools. Our analyzes lead to the problematization of the production of silences, the hiding of subjects and non-hegemonic experiences, the surveillance and the disciplining of their bodies, in view of the context of a plural society, but which insists on standardizing existences.

Keywords: Militarization. Public school. Gender and sexuality.

¹ E-mail: michele_gomess@hotmail.com

² E-mail: roneypolato@gmail.com

Resumen

El artículo tiene como objetivo problematizar un escenario político y social que apunta a la militarización de la educación escolar como una solución a los problemas que afectan a las escuelas públicas y la sociedad brasileña actual. En este contexto, sostenemos que se necesita una mirada más específica con respecto a las relaciones de género y las sexualidades, considerando la formación de los sujetos y sus experiencias escolares. El foco del análisis fueron las noticias publicadas en medios digitales y entrevistas semiestructuradas con sujetos que están o estuvieron vinculados a escuelas militares. Nuestros análisis conducen a la problematización de la producción de silencios, el ocultamiento de sujetos y experiencias no hegemónicas, la vigilancia y la disciplina de sus cuerpos, en vista del contexto de una sociedad plural, pero que insiste en estandarizar las existencias.

Palabras clave: Militarización. Escuela pública. Género y sexualidad.

Introdução

A escrita deste artigo é motivada pelo atual cenário político e social, em que se aponta a militarização das escolas públicas de Educação Básica como algo positivo para a sociedade brasileira. Mais do que isso, interessa-nos um olhar mais específico para pensar como as relações de gênero e as sexualidades são experienciadas nos contextos de escolas militares/militarizadas, indicando pistas para pensá-las e para problematizar as possíveis relações entre esses contextos e as experiências de sujeitos que não se enquadram nos princípios cis-heteronormativos. Entendemos que há estreitas relações entre projetos educativos de escolas militares e militarizadas e de escolas não-militares e não-militarizadas no que se refere ao lugar do debate e às abordagens sobre as relações de gênero e sexualidades. Nesse sentido, os elementos que se apresentam para as análises deste artigo nos encaminham para pensar a produção de silenciamentos e a ocultação de sujeitos e experiências LGBTI+³, como buscaremos discutir nas seções a seguir.

A fim de seguir com essa proposta, estabelecemos dois focos de análise que consideramos ser pertinentes. Um primeiro diz de notícias divulgadas nas mídias digitais e trabalhos acadêmicos envolvendo a militarização das escolas públicas. A pesquisa foi realizada a partir de notícias veiculadas pelo buscador do *Google*. Um segundo foco diz de entrevistas semiestructuradas realizadas com sujeitos que estão ou estiveram vinculados a escolas militares, sendo um professor e três ex-estudantes de escola militar.

Ao analisar concepções de gêneros e sexualidades nas relações vivenciadas pelos sujeitos entrevistados, tomando como inspiração os estudos de gênero e sexualidade na educação e os estudos foucaultianos, investimos no argumento de que estamos lidando com processos de constituição, que

³ Sigla referente a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e demais identidades e expressões de sexualidades e gêneros que são dissidentes dos enquadramentos produzidos pela cis-heteronormatividade.

dizem de saberes e relações de poder vividas em tempos históricos, relações culturais e sociais específicas. Assim, os sujeitos são produto dessas relações. Do mesmo modo, quando falamos em gênero e sexualidade, ao abordarmos possíveis experiências de sujeitos LGBTI+ nas escolas militares e militarizadas, estamos lidando com experiências históricas, sociais e culturais, tendo em vista as disputas, negociações e relações de forças implicadas na definição do que é verdadeiro, normal, correto em termos de masculinidades, feminilidades e experiências de desejos e prazeres (MEYER; PARAÍSO, 2012; LOURO, 2007).

Ao indicarmos, neste artigo, possibilidades de problematizar experiências e sujeitos que não se enquadram nos princípios cis-heteronormativos, filiamo-nos aos estudos de gênero e sexualidade contemporâneos. Richard Miskolci (2009, p. 157) argumenta que a heteronormatividade se coloca como uma ordem social do presente que expressa as expectativas, demandas e obrigações sociais que funcionam como prescrições para todos os sujeitos, fundamentando processos de regulação e controle para “[...] formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e natural da heterossexualidade”. Ao incluir o prefixo “cis”, apontamos para a ideia de que esse modelo se organiza a partir de uma coerência normativa entre sexo, gênero e desejo, de modo a reiterar, insistentemente, a sua naturalidade (BUTLER, 2003).

Retomando nossa proposta, ao associarmos discussões sobre escolas militares e militarizadas e as relações de gênero e sexualidades, suspeitamos que uma formação disciplinar de cunho militar, visando a um determinado tipo de sujeito para uma sociedade normativa, a qual se pauta em processos de exclusão e violência, coloca em funcionamento processos de silenciamento dos sujeitos e de enquadramento de seus corpos, educando para a naturalização da experiência e do modo de vida heterossexual e cisgênero⁴. Portanto, questionamo-nos quanto à possibilidade de confronto que esse projeto educativo estabelece com uma ideia de sociedade plural, democrática, justa e inclusiva, como regem os princípios constitucionais e da legislação educacional brasileira.

Em relação às entrevistas, como um dos caminhos metodológicos que conduziram às análises, a possibilidade de lidar com estratégias narrativas nos é cara, tendo em vista que as histórias que contamos nos constituem e constituem o mundo, ou seja, filiamo-nos a uma ideia de linguagem como constitutiva, não sendo vista como ‘espelho’ de uma verdade, mas constituidora delas (CASTRO, 2014). As entrevistas,

⁴ Por cisgênero, entende-se o fato de um sujeito identificar-se com o gênero que lhe foi designado no seu nascimento. Mais do que isso, está associado à ideia de que pessoas cisgêneras são normais, adequadas socialmente, com gênero coerente e verdadeiro, ao contrário das pessoas *trans*, que figurariam no plano da inadequação e da anormalidade. Para saber mais, indicamos o seguinte link: <https://transfeminismo.com/o-que-e-cisgenero/>. Acesso em: 23 maio 2020.

portanto, são mais que um evento discursivo entre entrevistador/a e entrevistado/a, mas se compõem dos saberes em disputa no contexto que circula e atravessa a realização das entrevistas (SILVEIRA, 2002). Importa pensar quem são os sujeitos e que posições ocupam nos lugares sociais de saber e poder. Delimitamos a possibilidade de trabalhar com docentes e estudantes de escolas militares de uma cidade do interior de Minas Gerais. Foi utilizada a técnica de 'bola de neve', sendo contactado um participante que indicava outro e assim sucessivamente, chegando a quatro participantes.

Primeiro, um docente de escola militar, que relatou exercer o magistério há 32 anos, sendo 25 deles em escola militar. A entrevista teve de ser realizada por *e-mail*. Quando perguntado sobre sua identificação em relação ao gênero e sexualidade, disse ter sido heterossexual e se considerar atualmente homossexual, sendo categórico ao dizer que tais aspectos em nada interferem em seu trabalho na escola militar.

Segundo, três ex-estudantes de escolas militares. A ex-aluna 1, que se identificou como mulher *cis*⁵ e lésbica, cursou o Ensino Fundamental II e Ensino Médio em escolar militar, motivada principalmente pela vontade de sua mãe. A ex-aluna 2, que se identificou como mulher *cis* e heterossexual, fez o Ensino Médio em escola militar, motivada também pela família, especialmente pelo pai militar. A ex-aluna 3, que se identificou como mulher *cis* e bissexual, estudou em escola militar do segundo ano do Ensino Fundamental I ao Ensino Médio, também como consequência de influência familiar.

Após apresentarmos as motivações iniciais, nossas inspirações teórico-metodológicas e os sujeitos que aceitaram estar conosco na investigação, partimos para as análises dos aspectos que destacamos em relação às notícias encontradas e às falas das pessoas entrevistadas. Organizamos nosso texto em cinco seções: a introdução, que abre o artigo; a primeira seção de análise, que trata das perspectivas sobre a militarização das escolas públicas na atualidade; a segunda seção de análise, que trata das relações entre projetos educativos militares ou militarizados e as relações de gênero e sexualidades; a terceira, que busca tecer relações das questões abordadas a partir das concepções dos sujeitos entrevistados; e, por fim, nossas considerações finais, apontando pistas para o debate ora apresentado.

Perspectivas para pensar a militarização das escolas na atualidade: projetos educativos em disputa

A formação dos sujeitos se dá no convívio com o outro, nas ações cotidianas, nas mais variadas instituições sociais. Nesse ínterim, tomamos a escola como espaço de construção, reprodução e criação

⁵ Referência a *cisgênero*.

de opiniões, valores e de sentidos sobre convivência democrática, diferenças, pluralidade, justiça, entre outros presentes em documentos de referência, como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996). Nosso foco está na escola pública, como espaço-tempo de experiências inspiradas na possibilidade de convivência social que extrapola os valores morais familiares, introduzindo os sujeitos num contexto de multiplicidade e, portanto, de formação na diferença. No cenário brasileiro atual, a escola está na pauta dos debates públicos, como as discussões sobre o Plano Nacional e os Planos Estaduais e Municipais de Educação; a atuação de políticos e outros agentes ligados ao programa escola sem partido, cujos princípios ferem a autonomia da escola e institui perseguições às/aos profissionais da educação; a discussão sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a retirada das abordagens sobre gênero e sexualidade dos conteúdos a serem trabalhados nas escolas; as discussões sobre o financiamento da educação pública, com significativos cortes que afetarão as escolas e universidades, pelo menos, pelos próximos vinte anos; as tentativas de desqualificação das escolas e das universidades públicas, como espaços de desordem, de balbúrdia, de uma formação falha, tanto no que se refere aos conteúdos curriculares institucionalizados, quanto à formação moral e social de crianças e jovens.

As propostas de militarização de escolas públicas vêm se inserindo na atualidade desse debate público. A partir do Decreto n.º 10.195/19⁶, o atual governo criou a Diretoria de Políticas para Escolas Cívico-Militares, cujas competências incluem formular e promover políticas e modelos educacionais nos sistemas de ensino “com base nos padrões de ensino e gestão empregados nos colégios militares do Exército, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, para os ensinamentos fundamental e médio”. No Decreto n.º 10.004/19⁷, o atual governo já havia instituído o ‘Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares’, como uma política de “melhoria da qualidade da educação básica”, que incorpora modelo de gestão escolar “de excelência”, por meio de “apoio técnico e financeiro destinado às escolas públicas”, preferencialmente aquelas “em situação de vulnerabilidade social”. Notícia⁸ publicada no site do Ministério da Educação (MEC) anuncia que há planos para implantar 108 novas escolas cívico-militares no país até 2023.

É importante argumentar que há diferenças e aproximações entre escolas militares e escolas

⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10195.htm. Acesso em: 17 jun. 2020.

⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10004.htm. Acesso em: 17 jun. 2020.

⁸ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/78091-saiba-como-sera-o-funcionamentodas-escolas-civico-militares>. Acesso em: 20 jun. 2020.

militarizadas ou cívico-militares, conforme aponta a reportagem⁹ de Maria Picarelli para o site da Revista Educação. O que as diferencia é o fato de que as primeiras estão ligadas ao Ministério da Defesa e visam também à capacitação para o ingresso nas carreiras militares, tendo, em seus currículos, valores e tradições do Exército Brasileiro. Nesse bojo, também se incluem escolas militares geridas pelo Corpo de Bombeiros ou pela Polícia Militar nos estados, com finalidades e objetivos semelhantes. Já as escolas públicas militarizadas ou cívico-militares, vinculadas às Secretarias de Educação, numa gestão compartilhada com militares da reserva das Forças Armadas, trabalham, também, sob a perspectiva de valores e tradições do Exército. Contudo, destacam-se pelo argumento de combate à indisciplina e à violência, além da melhoria na qualidade do ensino, reunindo argumentos que justificariam sua implantação em áreas periféricas, consideradas de maior ‘perigo’ e ‘ameaça’, tendendo à criminalidade (BRITO; REZENDE, 2019; SOARES *et al.*, 2019; SAUER; SARAIVA, 2019).

O que aproxima escolas militares e militarizadas (cívico-militares) é sua organização e abordagem pautadas em determinados valores sociais, familiares e patrióticos, conforme aponta a reportagem de Maria Picarelli. Tais valores orientam a tradição militar e a cultura dos modos de fazer e de agir do Exército Brasileiro como um ambiente hierarquizado e disciplinado, pautado na revisão de atitudes, no cerceamento de condutas, no controle sobre determinadas visões e ideologias morais e políticas que se contrapõem a esses valores. Pautam-se, portanto, na obediência e subordinação aos valores apregoados, sob pena de exclusão daquelas/es que não se adequarem às normas impostas (SILVA; SILVA, 2019; BRITO; REZENDE, 2019; ALVES; FERREIRA, 2020). Esses valores, que apregoam a manutenção de uma ordem irrestrita, que tornaria o ambiente de aprendizado mais propício à aprendizagem, associando a ideia de que as escolas militarizadas possuem melhor estrutura e melhor desempenho em detrimento do que é observado em outras escolas públicas, levam muitas famílias a desejarem matricular suas filhas e filhos nessas escolas e a ver com ‘bons olhos’ a gestão militar dos espaços educativos, como apontam as reportagens de Picarelli e de Basílio¹⁰, do site Politize!.

Através do acompanhamento desse debate público, constata-se que escolas, em diferentes estados brasileiros, já estão sendo militarizadas, utilizando, como principais argumentos, a melhoria dos índices expressos pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB e a atuação em locais de maior vulnerabilidade social, notadamente aqueles com maiores índices de violência, o que se alia ao incentivo à disciplina, à hierarquia e à padronização como elementos de uma ordem social almejada. Tais

⁹ Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2019/04/29/militarizacao-das-escolas/>. Acesso em: 17 jun. 2020.

¹⁰ Disponível em: <https://www.politize.com.br/colegio-militar/>. Acesso: 15 jun. 2020.

argumentos vêm sendo questionados por especialistas e por sindicatos em vários locais do país, como mostra a reportagem¹¹ de Ana Luiza Basílio. As Secretarias de Segurança Pública e de Educação, segundo Guimarães e Lamos (2018), associam a militarização ao desejo da população pela obtenção de uma educação de ‘qualidade’, que pode ser compreendida tanto em relação aos modelos disciplinares mais rígidos, quanto aos maiores investimentos em estrutura e recursos pedagógicos. Esse último aspecto é proveniente de investimentos que o governo pretende destinar especificamente a escolas cívico-militares¹² e de ‘fundos extras’ que as escolas militarizadas recebem da comunidade, denominados ‘contribuições voluntárias’. O caminho para a educação de qualidade desejada pela população estaria diretamente relacionado a maiores investimentos governamentais, fato que colocaria as escolas militarizadas numa condição diferenciada em relação às demais escolas públicas.

Para nossas análises, focaremos num aspecto da discursividade sobre a militarização das escolas, presente nas reportagens, que é a tendência à disciplinarização dos comportamentos, com a vigilância e a ordenação das condutas. Como apontam as reportagens consultadas, especialistas e profissionais da educação concordam que determinadas condutas indisciplinadas, disruptivas, interferem negativamente nas relações pedagógicas. Todavia, a busca pela disciplina por meio da militarização pode incorporar outros tipos de violências simbólicas, ligadas a um ambiente militarizado coercitivo. Como destaca um dos especialistas ouvidos pela reportagem de Ana Luiza Basílio, a escola não pode ser ambiente de obediência e de hierarquia cega, mas de diálogo. O responsável pela pasta de Fomento às Escolas Cívico-Militares, Aroldo Cursino, em reportagem no site do MEC citada anteriormente, argumenta que a implantação do modelo, do ponto de vista educacional, visa ao comportamento adequado da/o aluna/o, que será monitorado por militares da reserva. Ele afirma que o trabalho “não será policial”, porém, há uma série de regulações disciplinares previstas acerca das atitudes e de como os corpos das/os jovens devem se colocar no contexto do ambiente escolar militarizado.

Uma característica comum do modelo educacional militar, bem conhecida no âmbito do senso comum e referenciada nas diversas reportagens, é a hierarquização e doutrinação em contraposição a uma formação da identidade dos sujeitos que leve em consideração os contextos aos quais estão inseridos e suas vivências individuais. Em entrevista à Anna Rachel Ferreira, publicada no site da Revista Nova Escola,

¹¹ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/5-pontos-que-colocam-em-xeque-a-militarizacao-das-escolas/>. Acesso em: 17 jun. 2020.

¹² Conforme reportagem disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/participacao-militar-nas-escolas-avanca-no-pais>. Acesso em: 20 jun. 2020.

em fevereiro de 2019¹³, o diretor do Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás, Cel. Ubiratan Reges de Jesus, afirmou que a escola não é um quartel e disse cuidar para que haja autoridade sem autoritarismo. Contudo, ao ser questionado sobre possíveis solicitações de mudança no regimento escolar a pedido dos/as estudantes, utilizou como argumento o que denominou ‘tradições militares’ para afirmar que isso não seria possível. Aliamo-nos às análises de Reis *et al.* (2019), pensando as afirmações tanto de Aroldo Cursino, representante do MEC, quanto do diretor Ubiratan de Jesus, de que é possível problematizar as ações de militares no contexto escolar: não se tratando de uma ‘atuação policial’, o que justifica a presença de militares e o ordenamento disciplinar imposto pelo modelo educativo militar? O que torna a/o militar mais habilitada/o que a/o docente ou outra/o profissional da escola para lidar com aspectos relativos aos comportamentos das/os estudantes? Alves e Ferreira (2020) argumentam que há uma concepção do jovem como ‘mais violento’ e mais associado à criminalidade do que antigamente, a qual orienta os governantes na formulação das políticas e é alimentada pelo discurso que circula pelas mídias. Essa concepção legitimaria as propostas pedagógicas de ‘endurecimento disciplinar’, com maior controle e repressão por meio da escola. Segundo Silva e Silva (2019), o regime disciplinar imposto com a militarização das escolas conjuga elementos morais e coercitivos, como constrangimento, controle simbólico, vigilância, obediência, mas também castigo, punição, sanção.

Recorrendo às provocações foucaultianas, podemos pensar os regimes disciplinares como elementos que tornam os corpos alvos de atenção, de modo a operar sobre eles a fim de moldá-los, torná-los maleáveis, dóceis, porém, produtivos, úteis. Nesse sentido, a disciplina não é apenas coercitiva, mas se constitui numa positividade, que produz corpos obedientes, tornando-os mais permeáveis às ordens. “A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças em termos políticos de obediência” (FOUCAULT, 2007, p. 119). Nesse sentido, o argumento da militarização, que passa a ser aceito inclusive por estudantes, familiares e docentes, se sustenta pela ideia da produtividade que a disciplina constrói, transformando o sujeito disciplinado em alguém que obtém sucesso escolar e aprovação em seleções externas, ao passo que, para isso, diminui sua resistência ao ordenamento imposto, sujeitando suas vontades a esse objetivo.

Na próxima seção, pretendemos estender a análise sobre a disciplina para pensar como, no contexto dos projetos de militarização das escolas, o foco recai sobre corpos em seus gêneros e suas sexualidades, vigiando, controlando e contendo certos modos de os sujeitos expressarem esses

¹³ Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/15991/escolas-civico-militares-expansao-de-modelo-divide-opinioes>. Acesso em: 15 jun. 2020.

marcadores em seus corpos, a partir de regras específicas que podem voltar-se, como observaram Alves e Ferreira (2020), para as professoras e as estudantes, em função dos modos de se vestir, dos adereços que utilizam e dos seus modos de se portar.

Militarização das escolas e modos de sujeição de gênero e sexualidade

O site¹⁴ do MEC noticia que foi lançado, em 2020, um manual, cuja finalidade é orientar as escolas participantes do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Diferente da publicação do MEC, outras reportagens apresentam elementos de disciplinarização dos corpos que dizem diretamente das expressões dos gêneros e sexualidades. Reportagem¹⁵ do jornal O Globo traz em sua manchete: “Manual das escolas cívico-militares prevê meninos ‘bem barbeados’ e meninas com adereços discretos”. O site Uol Educação¹⁶ traz como título “Orelha de menino deve estar visível: as regras das escolas cívico-militares”. Com uma breve análise do manual, percebemos que ele é composto de um conjunto de cartilhas temáticas, as quais apresentam as normas relativas aos aspectos organizacionais do modelo de escola militarizado. No capítulo que trata da “Apresentação pessoal dos alunos”, o manual descreve as características que objetivam garantir “a uniformidade, a pertinência e a coerência com o uso do uniforme” (BRASIL, 2020, p. 18), dividindo-as em “Para o segmento masculino” e “Para o segmento feminino”. Para os meninos, cabelo cortado “de modo a manter nítidos os contornos junto às orelhas e o pescoço”; devem apresentar-se bem barbeados, com cabelos e sobrancelhas “na tonalidade natural” e sem adereços. Para as meninas, um detalhamento maior, podendo os cabelos serem curtos ou longos, cuidadosamente bem arrumados – no caso dos cabelos longos, devem estar com penteado “rabo de cavalo” ou trança. Poderão usar adereços “discretos”, como relógios, pulseira, brincos. Meninos usam camisa e calça, meninas usam camisa e saia-calça, com comprimento na altura dos joelhos.

Iniciamos a seção com essas brevíssimas informações sobre o manual das escolas militarizadas para pensar que, como nas escolas ‘civis’, públicas ou privadas, gênero e sexualidade vêm se constituindo como elementos de vigilância, disciplina e controle dos corpos, dando continuidade a sistemas de regulação sociais que estabelecem as possibilidades e os limites para sujeitos de acordo com o gênero e a

¹⁴ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=85211>. Acesso em: 17 jun. 2020.

¹⁵ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/manual-das-escolas-civico-militares-preve-meninos-bem-barbeados-meninas-com-aderecos-discretos-24226875>. Acesso em: 17 jun. 2020.

¹⁶ Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/02/03/escolas-civico-militares-manual-veta-cabelo-colorido-e-saias-curtas.htm>. Acesso em: 17 jun. 2020.

sexualidade por eles assumidos. O manual aciona um dos principais meios de vigilância e controle: a elaboração de regimes de enquadramento de gênero e sexualidade, os quais estabelecem os parâmetros para corpos inteligíveis e ajustados, e os mecanismos de acompanhamento desses parâmetros. A escola, como instituição moderna, promove enquadramentos dos corpos de meninas e meninos. Filas, corredores, pátios, disposição das carteiras em sala de aula se tornam espaços de ordenamento e hierarquização – de sujeitos, de seus saberes, de suas experiências. Investindo na distinção entre os gêneros e as sexualidades, a escola vem se mostrando instância de efetiva ação sobre os corpos, de modo a educá-los sob a égide da cis-heteronormatividade.

Nosso argumento é que há aproximações entre escolas civis e militares/militarizadas no que tange aos processos de constituição de sujeitos de gênero e sexualidade. No entanto, as escolas militares/militarizadas merecem destaque pela perspectiva de homogeneização e disciplinamento rígido dos comportamentos e das expressões que se materializam nos corpos de crianças e jovens. De modo geral, podemos observar que as relações de gênero e sexualidades nas instituições escolares estão ligadas aos modos de construção de diferenças. Toda a simbologia utilizada no âmbito escolar determina modelos a serem seguidos pelos sujeitos, independente do reconhecimento ou não de si nesses modelos (LOURO, 2007). Cada sujeito se constrói por meio das vivências do cotidiano escolar. Uma eficiente pedagogia da sexualidade e do gênero que, embora não explique ou determine, de forma definitiva, as subjetividades, é parte significativa das histórias pessoais dos sujeitos, como argumenta Louro (2001, p. 21): “suas proposições e proibições fazem sentido, têm ‘efeitos de verdade’”.

A escola se utiliza de regimes disciplinares, levando os indivíduos a se tornarem objetos e instrumentos de seu exercício e, portanto, sujeitos de gênero e de sexualidade. Assim, as práticas rotineiras e comuns merecem atenção e questionamento, uma vez que a organização escolar e suas ações constituem e produzem diferenças de gênero, sexualidade, etnia e classe, a partir de práticas disciplinares. O que e como é ensinado e que sentidos as/os estudantes dão ao que aprendem é de extrema importância. Como é possível notar nas informações que constam do manual para escolas militarizadas, os uniformes, os cabelos, os adereços, as posturas dos corpos, os modos como eles se apresentam e são enquadrados no contexto escolar, constituem pedagogias de gênero e sexualidade. Além disso, considerando o cotidiano marcado por relações de forças implicadas no disciplinamento dos corpos, é necessário, como aponta Louro (2007), estarmos atentas/os também à linguagem como campo de produção de hierarquias e de subalternizações. A linguagem possui a pretensão naturalizada e o poder de fixar diferenças, demarcar os lugares dos gêneros e sexualidades, estabelecer relações de poder, além de

silenciar o que foge às normas estabelecidas.

Desse modo, é possível pensar que, no cotidiano das escolas militares/militarizadas, a partir dos princípios disciplinares que reforçam determinadas normas sociais, os corpos de meninas e meninos, em suas expressões de gênero e de sexualidade, sejam controlados e vigiados, ou até mesmo punidos, para se enquadrarem nessas normas disciplinares. Entende-se que a ignorância, o não dito sejam capazes de manter valores e comportamentos aceitáveis. Sendo assim, jovens LGBTI+, por exemplo, podem se reconhecer como desviantes, indesejados ou ridículos (LOURO, 2007), já que a referência, o modelo ensinado e aceito, a simbologia utilizada, parte da cis-heteronormatividade.

Reportagem do site Carta Capital¹⁷, ao noticiar sobre a implementação de escolas cívico-militares, apresenta os contrapontos a esse modelo, entre os quais a normatização do corpo e das marcas de gênero e sexualidade que ele carrega. Matéria¹⁸ do site da associação jornalística Gênero e Número destaca que a rigidez da “disciplina de quartel” imposta às/aos adolescentes está ligada às noções de “organização pessoal” que advêm da perspectiva moral-militar, na qual a formação da ética, do caráter e até mesmo a formação acadêmica passam pela adequação corporal e enquadramento às normas estipuladas. A “estética militar” envolve disciplina, uniformização, portanto, a vigilância das marcações de gênero e sexualidade (entre outras), limitando as possibilidades de expressão e reiterando determinados estereótipos binários.

Ao trazer depoimentos de adolescentes que passaram por escolas militares, a reportagem visibiliza alguns dos modos como as normas se materializam na vigilância e na ação sobre os corpos que precisam ser educados. Uma das estudantes relata que, como não tinha uma expressão de gênero considerada ‘muito feminina’, era constantemente inquirida pelas oficinas do corpo técnico do colégio, aventando a possibilidade de que ela usasse adereços mais femininos, esmalte nas unhas e maquiagem. A reportagem da associação Gênero e Número também apresentou outros depoimentos de jovens que afirmaram ter passado a “ousar mais” em suas expressões de gênero – cabelos maiores e com cores diversas, brincos etc. – após saírem do colégio.

Para além da normatização dos corpos, no que concerne às marcas de gênero e sexualidade, destacamos a possibilidade de limitações acerca das abordagens dessas questões nas práticas pedagógicas sob vigilância militar. Algo que não se limita às escolas militares/militarizadas, mas pode ganhar contornos

¹⁷ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/5-pontos-que-colocam-em-xeque-a-militarizacao-das-escolas/>. Acesso em: 17 jun. 2020.

¹⁸ Disponível em: <http://www.generonumero.media/cabelo-maquiagem-e-ate-cor-do-esmalte-modelo-militar-nas-escolas-impoe-controle-dos-corpos-de-estudantes-civis/>. Acesso em: 17 jun. 2020.

de maior restrição, acentuando noções de que cabe à família a preocupação em abordar temas que envolvem as sexualidades. Porém, é necessário considerar que as concepções que circulam na sociedade também são produzidas na escola, independentemente se os discursos são explícitos ou não, se o tema foi ou não incluído no currículo escolar. A sexualidade constitui os sujeitos, os sujeitos constituem a escola e a sociedade.

Uma reportagem¹⁹ do site “G1 Zona da Mata”, em Minas Gerais, traz como destaque o ocorrido em uma escola administrada pela Polícia Militar, no ano de 2016, onde um trabalho elaborado por estudantes durante uma aula de Artes foi retirado pela direção da escola repentinamente. Uma estudante ouvida pela reportagem explicou que a proposta se tratava de criar uma obra de arte no meio natural, contendo crítica a algum assunto, deixando que ela se deteriorasse com o tempo. Alguns grupos de estudantes criaram intervenções que continham as cores do arco-íris e cartazes com as frases “Ser gay é tão natural quanto essa árvore” e “Os iguais também se atraem”. No entanto, foram surpreendidas/os pela retirada dos trabalhos, por ordem da direção do colégio, pois poderiam prejudicar a imagem da escola frente à comunidade.

Diante do exposto, pensar a militarização das escolas públicas, ou transformá-las em escolas cívico-militares, como o MEC se refere, levanta questões sobre silenciamento e prejuízos em relação às diferenças sociais de gênero e sexualidade no ambiente escolar. Diversas análises podem ser formuladas a partir das notícias encontradas sobre o tema, as quais convergem para a problematização da proposta de militarização. As notícias não nos possibilitam concluir o debate, mas apontam para possibilidades de questionar pressupostos que orientam essa proposta e para a necessidade de acompanhamento do debate e dos possíveis efeitos desse projeto educativo para as escolas públicas.

Relações de gênero e sexualidades nas escolas militares/militarizadas: experiências com silenciamentos e omissões

O objetivo desta seção é analisar o tratamento relativo às relações de gêneros e sexualidades que foi demarcado nas entrevistas realizadas com os sujeitos da investigação. Analisando as entrevistas, aproximamo-nos da ideia de silenciamento como modo de “não mencionar” e “omitir”. A questão que se coloca é relacionada ao tempo e ao modo como esse silenciamento se dá, uma vez que, como será

¹⁹ Disponível em: <http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2016/10/os-iguais-tambem-se-atraem-pinturas-geram-polemica-em-escola-militar.html>. Acesso em: 17 jun. 2020.

explicitado adiante, por mais que haja o silenciamento, em um determinado momento, ele é rompido, tendo em vista que estamos refletindo sobre seres humanos, que têm necessidades e particularidades. Em algum momento, as expressões de gênero e sexualidade se fazem aparecer. No ambiente escolar, em sua organização, “os sentidos precisam estar afiados para que sejamos capazes de ver, ouvir, sentir as múltiplas formas de constituição dos sujeitos” (LOURO, 2007, p. 59). Da mesma maneira que o tempo e o espaço não são concebidos de maneira igualitária por todos os sujeitos, o gênero e a sexualidade também não são. As experiências com silenciamentos e omissões, que serão analisadas a seguir, sugerem reflexões acerca das consequências dessas vivências.

“As escolas militares como um todo não abordam essa temática”: a visão do professor entrevistado

O professor entrevistado nos relatou que já sofreu homofobia por parte da direção de uma escola militar no ano de 2010. Contudo, considera que *“hoje os tempos são outros, pois a questão dos valores e respeito ao próximo são muito bem desenvolvidos pelos setores responsáveis. Os alunos e os professores de hoje têm uma cabeça bem aberta e a pluralidade de opiniões são amplas”*. Quando questionado sobre suas práticas pedagógicas diante de um/a estudante LGBTI+, o professor afirmou que sua atuação em nada interfere em relação à diversidade das/os estudantes. Disse ser querido por elas/es e sempre respeitar suas potencialidades, *“e ainda mais os alunos em que percebemos pela sua opção de gênero”*. Nos limites da entrevista, em suas condições de produção, o professor anuncia um dado novo, diferente daquele encontrado nas reportagens anteriormente analisadas. Consideramos ser relevante problematizar as relações de gênero e as sexualidades nas escolas militares/militarizadas a partir das experiências dos sujeitos, de modo a lidar com o contraditório e com as negociações que envolvem permanecer nesses lugares e poder relatar experiências, sem que isso produza intempéries.

A partir disso, ressalta-se a questão do silenciamento, uma vez que a diversidade parece ser notada, porém, não considerada como elemento que pode contribuir para o processo educativo. Pois, como disse o professor, *“não há esse tipo de assunto sendo desenvolvido no ambiente escolar”*, apesar de ter defendido anteriormente que as pessoas são mais compreensivas hoje diante da diversidade. Fica a questão: sendo gênero e sexualidade constitutivos do ser humano, o que significaria *“respeitar sem abordar a temática”*? Ressaltamos que a fala do professor nos remete ao silenciamento anteriormente mencionado, no sentido de que, frequentemente, as abordagens de questões relativas aos gêneros e sexualidades são evitadas ou negligenciadas, em função de fatores como a formação docente na

universidade, que pouco investe na relação dos conteúdos formais, das diferentes áreas, com questões que dizem das relações sociais e da cultura, tais como as que aqui tratamos; nossa constituição como sujeitos que dificulta a problematização dos saberes que nos constituem, de modo que as normas de gênero e sexualidade se tornam verdades naturalizadas, difíceis de serem visibilizadas e questionadas (CASTRO, 2014).

Para complementar tal reflexão, o professor apontou que *“as escolas militares como um todo não abordam essa temática [...] Isso fica evidenciado no dia a dia do ambiente escolar, mesmo a gente observando a existência de estudantes, filhos de militares, homens e mulheres que têm opção não heterossexual”*. A partir dessa fala, estabelecemos relação entre o cotidiano nas escolas militares e militarizadas e o silenciamento das questões de gênero e sexualidade e, em especial, dos sujeitos LGBTI+. Não abordar, em nossa análise, indica a não legitimidade das experiências e saberes de estudantes e outros sujeitos cujas identidades não se enquadram em normas pré-estabelecidas. Não abordar, portanto, significa legitimar uma abordagem cis-heteronormativa. Como nos lembra Louro (2007), as sexualidades e os gêneros estão na escola porque fazem parte dos sujeitos. A escola produz experiências de gênero e sexualidade. O silenciamento, portanto, nos indica que o currículo escolar parece legitimar as narrativas hegemônicas heterossexuais, em detrimento das experiências de meninas e meninos, sujeitos escolares, cuja identificação diverge dessa referência. Assim, o desconhecimento sobre as identidades e expressões não heterossexuais podem representar um desconhecimento das sexualidades de modo mais amplo, naturalizando a heterossexualidade.

Buscamos saber, também, como o professor entrevistado analisava a postura da instituição escolar militar com docentes ou estudantes LGBTI+, se havia alguma orientação específica sobre a questão da sexualidade e do gênero. Ele voltou a defender o que denominou *“mente aberta”*.

A princípio não tenho percebido nada de diferente em relação a esse questionamento, essa nova geração de militares é oriundo dos anos 80/90, portanto considero-os bem mente aberta. O grande problema não se encontra na base e no miolo da pirâmide, mas o que sustenta toda essa organização e que se encontra na ponta desta pirâmide, ou seja, um general, que tem um comando retrógado; sendo assim a cadeia de comando fica à mercê de suas orientações. Acredito que a renovação desta antiga geração terá uma mudança no quadro atual dessa temática que tanto a gente espera evolução.

O fato de a escola trabalhar de acordo com a postura do general, como disse o professor entrevistado, também foi apontado por uma ex-aluna entrevistada, o que se contrapõe ao que se chamou *“mente aberta”*, atrelado às últimas considerações feitas pelo referido professor, quando nos contou que,

em um evento estudantil envolvendo todos os Colégios Militares do Brasil, na cidade de Brasília, em 2018, dois professores militares temporários abordaram temas como gênero, sexualidade e feminismo, tendo como consequência a não renovação de seus contratos de trabalho.

Observamos algo que vai além do silenciamento. É um reforço da ignorância em relação ao tema através da ideia de que muitas/os profissionais da educação e instituições escolares defendem o espaço escolar como responsável apenas por conteúdos e assuntos tidos como universais, mas que atendem aos padrões cis-heteronormativos e excluem as sexualidades das/os estudantes LGBTI+. “Questionar a sexualidade, seja ela hétero ou homossexual, é entendê-la como uma construção em constante negociação com o outro e com o social e esse pode ser um passo fundamental para problematizar e pluralizar a sexualidade” (DINIS, 2011, p. 48).

“Pode ser, mas fora do colégio”: a visão das estudantes entrevistadas

As entrevistas realizadas com as três ex-alunas de escolas militares apontaram aspectos comuns entre si. Perguntamos às alunas como eram estabelecidas as relações entre docentes e estudantes diante das questões de gênero e sexualidade. A ex-aluna 1 relatou que a maioria das/os docentes não falava, que não havia nenhum tópico abordado em aula, contudo, ressaltou que não sentia nenhuma repressão grave vinda de docente da escola militar em que estudara. Disse também que, quando assumiu sua homossexualidade e se envolveu com uma menina na escola, os funcionários de monitoria perceberam que elas não eram somente amigas e que alguns colegas faziam brincadeiras inadequadas. Ao ser questionada sobre como era ser uma mulher lésbica em escola militar, se houve algum momento específico em que sua identidade de gênero e sexualidade foram colocadas em destaque ou ocultadas, a ex-aluna 1 respondeu:

Eu acho que foi a vez que, assim, professor não falava, mas monitores e os comandantes pegavam em cima da gente. É eu lembro que a, que teve o comandante que falou: “pode ser, mas fora do colégio. Dentro do colégio, nada”. Porque lá a tolerância quanto a isso depende do comandante. Tem comandante que não liga, tem comandante que tipo assim: “é amigo, não pode nem abraçar” lá dentro do colégio, é... Depende muito do comandante. Esse comandante dessa época, ele era desse tipo rígido, então eu acho que lá corre muita fofoca, né, deve ter corrido fofoca pra ele e a partir do primeiro momento que chamaram nossa atenção, a gente passou a se sentir muito observada, sabe a gente não tinha, a gente não se sentia assim livre nem pra agir como amiga ali dentro, a gente tava se sentindo observada. Mas é... Esse foi o principal, a principal coisa que eu senti, foi quando ele fala, ele falou assim “pode ser, mas aqui dentro não”.

A partir disso, a estudante reforçou que tal postura aconteceu para ocultar sua sexualidade e que,

se fosse uma relação heterossexual, a questão não seria tratada da mesma maneira. Ela e sua namorada ficavam apenas de braços dados, como amigas, no mesmo espaço onde casais heterossexuais andavam de mãos dadas e se abraçavam e os comandantes ora faziam brincadeiras, ora não se importavam. Como argumenta Louro (2001; 2007), a escola institui mecanismos disciplinares para ordenar, vigiar e controlar os corpos e as expressões de gênero e sexualidade. No caso apontado pela ex-aluna 1, parece haver um silenciamento que se rompe quando surgem indícios de quebra de fronteiras: *“pode ser, mas fora do colégio”*. Essa ‘expulsão’ de gêneros e sexualidades dissidentes não é própria apenas das escolas militares e militarizadas, mas parece estar marcada na sua constituição e no seu cotidiano.

A ex-aluna 2 disse que não havia nenhuma abordagem entre docentes e estudantes sobre questões de gênero e sexualidade, nem em sala de aula, nem em palestras. Disse também que não havia diferenciação de tratamento entre os gêneros, porém, as funções de comando sempre ficavam com os homens. Poucas vezes as mulheres/meninas comandavam desfiles ou representavam a turma. Pensando que as relações de gênero são relações de forças, a escola investe na reafirmação das assimetrias de poder entre os gêneros, de modo a cercear as possibilidades de ocupação dos lugares de comando para as mulheres e investir no aprofundamento das desigualdades (LOURO, 2007).

Ainda sobre essa questão, a ex-aluna 3 relatou que havia diálogo informal, que as/os docentes estabeleciam relações próximas das/os estudantes, possibilitando a identificação da/o docente como alguém de confiança, caso surgisse a temática de relações de gênero e sexualidade. Ela ressaltou que não havia discussões e que a temática era totalmente abafada: *“eles não lidavam, basicamente não lidavam com a questão”*. Apesar disso, considerou que sua identidade de gênero e sua sexualidade não foram problemas durante a vida escolar. Apenas quando, ao final do terceiro ano do Ensino Médio, se envolvera com uma colega de turma e precisou esconder por sentir medo da opinião das outras pessoas e vergonha em função de a escola abordar as relações não-heterossexuais como algo estranho e errado.

(...) não podia nem relacionamento heterossexual. Assim, não podia ficar demonstrando muito afeto na escola. Mas eu acho que se fosse duas meninas, eles iam pegar mais nessa questão sabe, de não pode namorar dentro da escola. Eu acho que por ser menina mesmo. Porque, se fosse hétero, eles iam abafar assim, ah não pode, tá. Aí se fosse duas meninas, eu acho que até chamaria pai, assim, uma coisa mais séria.

Entendemos que a omissão e o silenciamento em relação ao gênero e à sexualidade que estiveram presentes nos relatos das entrevistadas pactuam com a violência exercida contra estudantes gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais (DINIS, 2011). Para que a escola seja, realmente, um espaço plural de formação, faz-se necessária a tomada de responsabilidade das instituições escolares em relação ao

combate a todas as formas de preconceitos e discriminação. Isso passa pela abordagem dessas questões na escola, abrindo-se para as experiências múltiplas das/os estudantes e investindo em processos educativos menos excludentes.

Após perguntarmos sobre as relações, perguntamos sobre o modo como as escolas militares lidam com as questões de gênero e sexualidade, se as ex-alunas percebiam alguma diferença ou especificidade, se comparássemos às demais escolas. As respostas se aproximaram das anteriores, mas alguns aspectos merecem destaque.

A ex-aluna 1 disse que a particularidade para ela é não tratar o tema, o que dificulta a vivência das/os estudantes, que acabam descobrindo sua identidade de gênero e sexualidade bem mais tarde. Ressaltou que a falta de informação e de tratamento, tanto por parte de docentes civis, quanto de militares, em especial nas aulas de Sociologia e Filosofia, são graves. Em sua opinião, nessas aulas, esse assunto (gênero e sexualidade) devia ser colocado *“acima do fato de ser militar ou não”, “eles não sabem o tanto de LGBT que formam no colégio militar, eles acham que só sai cidadão de bem, mas é... Tem aos montes!”* (ex-aluna 1). A ex-aluna nos conduz a pensar nas possibilidades de resistências a uma formação enquadrada em normas sexuais e de gênero, ou seja, estudantes LGBTI+ estão em todas as escolas, enfrentam, resistem, negociam e se constituem como tal, apesar dessas normas.

Já a ex-aluna 2 disse não ver diferença em relação às outras escolas, mas com a questão da sexualidade disse que são mais omissos, o assunto não é tratado na escola, *“é como se não fosse da conta deles”*. A ex-aluna 3, por sua vez, ressaltou que há muita restrição a tudo: gênero, comportamento, como se vestir, com quem namorar etc., completando a ideia relativa ao silenciamento. *“Esse cenário de exclusão apela para que o tema da diversidade sexual e de gênero seja incluído no currículo de formação de novas professoras e professores para que possam futuramente desenvolver estratégias de resistência ao currículo heteronormativo”* (DINIS, 2011, p. 48), uma vez que, independente da forma de organização da instituição escolar, seja ela militar, cívico-militar ou civil, a sexualidade estará presente e, junto a ela, sua pluralidade.

Ao final da entrevista com a ex-aluna 2, retomamos o ponto em que ela justifica seu ingresso na escola militar, por ser a melhor opção em disciplina na rede pública. A resposta dela associa diretamente o silenciamento, a omissão em relação ao gênero e à sexualidade claramente ao controle das/os estudantes. Não tratar o tema seria a garantia da disciplina, que também garantiria o silenciamento das relações de gênero e sexualidades nas escolas militares/militarizadas:

Quando eu disse opção de disciplina, eu quis dizer que nas escolas militares os professores, coordenadores, os funcionários, em geral, têm maior controle das ações dos alunos, as condutas desagradáveis dos alunos são menos toleradas, então os que dão problema são mais cobrados e pressionados, e também como são todos filhos de militares, as famílias já se conhecem, trabalham juntos, dá pra ter ideia de como é a criação de cada um, a gente tenta ter ideia com quem o filho da gente tá fazendo amizade.

A partir da fala da entrevistada, problematizamos as possíveis relações entre disciplina e as questões de gênero e sexualidade. O que representariam as “condutas desagradáveis” mencionadas pela ex-aluna? Que condutas merecem “maior controle” e “são menos toleradas”? Enquadram-se aí os possíveis desvios e escapes às normatividades sexuais e de gênero e a necessidade de um controle que se alia ao silenciamento para evitar que tais desvios e escapes possam acontecer. A fala da entrevistada também nos remete à ideia de que isso é um projeto das famílias, que escolhem, voluntariamente, matricular seus filhos e filhas nessas instituições militares ou militarizadas, como se essa educação para o controle dos desvios e escapes encontrasse mútua ressonância entre escola e família.

Diante disso, concluímos que muitas famílias e, conseqüentemente, instituições escolares, enquanto partes constituintes da sociedade, anseiam pela manutenção do padrão cis-heteronormativo já estabelecido. Devemos nos questionar, portanto, sobre as conseqüências da potência do discurso cis-heteronormativo para a formação e vivências dos sujeitos.

Considerações finais

Sem esgotar as possibilidades de reflexão e análise do cenário político atual em relação à escola pública brasileira e às novas formas de organização que vêm sendo configuradas, nosso objetivo foi, com este artigo, problematizar argumentos que apontam para a militarização das escolas como algo essencialmente ‘positivo’ para a sociedade brasileira, o que nos conduz a um olhar específico para as relações de gênero e sexualidades nos contextos dessas instituições, dadas as diferentes realidades afetadas pela força dos princípios cis-heteronormativos. É uma questão complexa que engloba projetos educativos tanto de escolas militares e militarizadas, quanto de escolas civis.

Trabalhar com notícias divulgadas nas mídias digitais e com as entrevistas com sujeitos que já estiveram ou estão vinculados às instituições militares nos indica que não há uma finalização para o debate proposto. Porém, há necessidade de reflexão e problematização, além da busca pela garantia de direitos de sujeitos inseridos numa sociedade plural, mas que insiste em normatizar suas ações. Sendo assim, ficam as questões: como se dá a formação dos sujeitos e seus corpos diante das relações de gêneros

e sexualidades vivenciadas no ambiente escolar? Como serão os sujeitos formados a partir do contexto atual? Serão obedientes, menos críticos, com menos força política? A tão defendida educação de qualidade chegará para todas/os? A pluralidade de sujeitos será silenciada e assim se perpetuará a supremacia cis-heteronormativa? Indicamos, portanto, a necessidade de que esse debate seja continuado e ampliado, para além das questões da gestão e dos resultados em exames e processos seletivos, no intuito de produzir análises mais atentas às relações entre gênero, sexualidade e militarização das escolas públicas brasileiras.

Referências

ALVES, Miriam Fábria; FERREIRA, Neusa Sousa Rêgo. O processo de militarização de uma escola estadual pública de Goiás. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v41/1678-4626-es-41-e0224778.pdf>. Acesso em: 21 maio 2020.

BRASIL. Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. **Manual das Escolas Cívico-Militares**. Brasília, DF: MEC, 2020. Disponível em: http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/837270/RESPOSTA_PEDIDO_ECIM_Final.pdf. Acesso em: 20 jun. 2020.

BRITO, Eliana Povoas Pereira Estrela; REZENDE, Marize Pinho. “Disciplinando a vida, a começar pela escola”: a militarização das escolas públicas do estado da Bahia. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, DF, v. 35, n. 3, p. 844-863, set./dez. 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/95216/55514>. Acesso em: 16 abr. 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Roney Polato de. **Experiência e constituição de sujeitos docentes: relações de gênero, sexualidades e formação em Pedagogia**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

DINIS, Nilson Fernandes. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 39, p. 39-50, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n39/n39a04.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2020.

GUIMARÃES, Paula Cristina Pereira; LAMOS, Rodrigo de Azevedo Cruz. Militarização das escolas da rede estadual de Goiás: A nova onda conservadora. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 20, n. 43, p. 66-80, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/4004/2461>. Acesso em: 16 abr. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

MISKOLCI, Richard. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização.

Sociologias, Porto Alegre, v. 11, n. 21, p. 150-182, jun./2009. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/soc/n21/08.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2019.

REIS, Livia Cristina Ribeiro dos. *et al.* Militarização de Escolas Públicas e o Governo Bolsonaro. **Tecnia**, Goiás, v. 4, n. 2, p. 227-235, 2019. Disponível em:

<https://revistas.ifg.edu.br/tecnica/article/view/744/521>. Acesso em: 16 abr. 2020.

SAUER, Margrid; SARAIVA, Karla. Uma escola diferente do mundo lá fora. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, DF, v. 35, n. 3, p. 766-785, set./dez. 2019. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/95346/55509>. Acesso em: 16 abr. 2020.

SILVA, Edileuza Fernandes; SILVA, Maria Abádia da. Militarização das escolas públicas no Distrito Federal: projetos de gestão em disputa. **Revista de Estudos Aplicados em Educação**, São Caetano do Sul, v. 4, n. 8, p. 46-61, jul./dez. 2019. Disponível em:

https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_estudos_aplicados/article/view/6392/2911. Acesso em: 16 abr. 2020.

SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. A entrevista na pesquisa em educação – uma arena de significados. *In*:

COSTA, Marisa V. (org.). **Caminhos Investigativos II** – outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 119-141.

SOARES, Marina Gleika Felipe. *et al.* Escola militar para quem? O processo de militarização das escolas na rede estadual de ensino do Piauí. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, DF, v. 35, n. 3, p. 786-805, set./dez. 2019. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/96132/55510>. Acesso em: 16 abr. 2020.